

Seis meses de constrangimentos

Durou seis meses a novela da tentativa de posse do ex-ministro da Administração no Superior Tribunal Militar. Durante esse tempo Aluizio Alves enfrentou inúmeros constrangimentos. Houve até tentativa de fraude na votação do Senado para aprovar seu nome. Indicado pelo presidente Sarney em janeiro, Alves foi aprovado pelo Senado no dia 8 de março, depois de uma votação confusa no dia anterior, em que o total de votos ultrapassava o número de senadores presentes em plenário. A votação foi invalidada. Houve outra e, aceita a indicação, Sarney nomeou o amigo e ex-ministro, desempregado com a extinção do Ministério da Administração.

Publicada a nomeação, dia 14 de março, Alves solicitou que sua posse no STM fosse marcada para o fim do mês. Otimista, o ex-ministro enviou uma série de documentos, que foram recusados pelo Tribunal, por não comprovarem o exercício efetivo da profissão de advogado durante dez anos e deixarem dúvidas quanto

ao estado de saúde de Aluizio Alves. O problema médico foi facilmente contornado: o Hospital das Forças Armadas de Brasília providenciou um atestado. Quanto à comprovação do exercício da advocacia, Alves nunca chegou a remeter ao STM as anunciadas provas que alegava ter. No dia 23, em sessão secreta, o STM decidiu negar a posse do ex-ministro, por falta de documentação adequada.

Inconformado, Aluizio Alves recorreu, na semana seguinte, ao Supremo Tribunal Federal, que se declarou incompetente e devolveu a questão ao STM. Enquanto isso, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entrava no STF com outro mandado de segurança contra o ato de nomeação feito por Sarney. Cercado de todos os lados, Aluizio Alves recorreu novamente ao STM, com mandado de segurança para garantir sua posse. Com o julgamento da ação da OAB no STF e a desistência de Alves ao cargo de ministro, o último recurso deve se tornar sem efeito e ser arquivado.